



ENTIDADE ADJUDICANTE: AGDA – ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO, S.A.

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL N.º 59_001_25_CPI_AS

SERVIÇOS DE COLHEITAS, TRANSPORTE E ANÁLISES DE ÁGUAS PARA CONSUMO HUMANO, ÁGUAS NATURAIS, ÁGUAS RESIDUAIS E DETERMINAÇÃO DE PARÂMETROS IN SITU DO SISTEMA PÚBLICO DE PARCERIA INTEGRADO DE ÁGUAS DO ALENTEJO (SPPIAA)

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

JUNHO 2025

ÍNDICE

ARTIGO 1.º.....	4
OBJETO DO CONCURSO.....	4
ARTIGO 2.º.....	4
ENTIDADE ADJUDICANTE.....	4
ARTIGO 3.º.....	4
ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR.....	4
ARTIGO 4.º.....	4
PLATAFORMA ELETRÓNICA.....	4
ARTIGO 5.º.....	4
ANÚNCIO.....	4
ARTIGO 6.º.....	5
LOCAL DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.....	5
ARTIGO 7.º.....	5
CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.....	5
ARTIGO 8.º.....	6
VISITA ÀS INSTALAÇÕES OBJETO DE CONCURSO.....	6
ARTIGO 9.º.....	6
ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.....	6
ARTIGO 10.º.....	6
DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS.....	6
ARTIGO 11.º.....	7
APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES.....	7
ARTIGO 12.º.....	7
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	7
ARTIGO 13.º.....	8
MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	8
ARTIGO 14.º.....	8
PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS.....	8
ARTIGO 15.º.....	9
CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE.....	9
ARTIGO 16.º.....	12
ADJUDICAÇÃO POR LOTES.....	12
ARTIGO 17.º.....	12
PREÇO ANORMALMENTE BAIXO.....	12
ARTIGO 18.º.....	12

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	12
ARTIGO 19.º.....	14
CAUÇÃO.....	14
ARTIGO 20.º.....	14
MODALIDADE JURÍDICA DO AGRUPAMENTO ADJUDICATÁRIO.....	14
ARTIGO 21.º.....	14
NOVOS SERVIÇOS.....	14
ARTIGO 22.º.....	15
CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.....	15
ARTIGO 23.º.....	15
DADOS PESSOAIS.....	15
ARTIGO 24.º.....	16
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	16
ANEXO I.....	17
DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	17
ANEXO II.....	18
PROPOSTA DE PREÇO.....	18
ANEXO III.....	19
DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO REGULAMENTO PARA FORNECEDORES.....	19
ANEXO IV.....	20
DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA PARA FORNECEDORES.....	20
ANEXO V.....	21
MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DA POLÍTICA DE QUALIDADE, AMBIENTE, HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (HSST) DA ENTIDADE ADJUDICANTE.....	21
ANEXO VI.....	22
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	22
ANEXO VII.....	24
MODELOS DE CAUÇÃO.....	24
ANEXO VIII.....	28
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO.....	28

ARTIGO 1.º

OBJETO DO CONCURSO

O concurso tem por objeto **Serviços de colheita, transporte e análises de águas para consumo humano, águas naturais, águas residuais e determinação de parâmetros in situ do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA)**. – CPV - 719000007- Serviços laboratoriais.

ARTIGO 2.º

ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., (AgdA), com os seguintes contatos para efeitos do presente concurso:

- Morada/Sede: Rua Dr. Aresta Branco, nº 51, 7800-310 Beja
- Telefone: +351 284 101 100
- Correio Eletrónico: geral.agda@adp.pt
- website: <http://www.agda.pt>

ARTIGO 3.º

ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada em reunião do Conselho de Administração da AgdA em 04/06/2025.

ARTIGO 4.º

PLATAFORMA ELETRÓNICA

O presente concurso é tramitado na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública: <http://www.acingov.pt>

ARTIGO 5.º

ANÚNCIO

- I. O anúncio do Concurso Público foi publicado no Diário da República de acordo com o artigo 130.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei 30/2021, de 21 de maio, e por esta republicado, doravante designado por CCP.

2. O Concurso Público indicado no ponto anterior foi ainda publicado, de acordo com o artigo 131.º do CCP, no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) Incluídos no Anexo I deste Programa do Procedimento, apresentam-se os documentos comprovativos do envio do anúncio para publicação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.
3. De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 64.º do CCP, as decisões de prorrogação do prazo para a entrega das propostas são publicitadas em aviso no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.

ARTIGO 6.º

LOCAL DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Os locais da aquisição de serviços estão inseridos no Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA) e situam-se nas infraestruturas identificadas no ANEXO II do Caderno de Encargos.

ARTIGO 7.º

CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. O Procedimento do Concurso é constituído pelas seguintes peças:
 - a) Os Anúncios;
 - b) O presente Programa do Procedimento, inclui 8 (oito) anexos;
 - c) O Caderno de Encargos, inclui 4 (quatro) anexos.
2. As peças do procedimento são integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública acinGov, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República e no JOUE.
3. Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças do procedimento a partir da plataforma eletrónica referida no ponto anterior, devendo para tanto proceder ao respetivo registo de acordo com as indicações constantes da mesma.

ARTIGO 8.º

VISITA ÀS INSTALAÇÕES OBJETO DE CONCURSO

Durante o prazo para apresentação das propostas, a Entidade Adjudicante facultará aos interessados a possibilidade de visita às instalações objeto do presente concurso e de nelas realizarem os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas. A inspeção aos locais deverá ser solicitada, por escrito nos primeiros 5 (Cinco) dias após a publicitação do anúncio, via plataforma eletrónica indicada no artigo 4.º, procedendo posteriormente a Entidade Adjudicante ao agendamento da visita.

ARTIGO 9.º

ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas peças devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às 18h00m00s do termo do dia do 1/3 do prazo para apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59m00s do termo do dia do 2/3 do prazo para apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59m00s do termo do dia do 2/3 do prazo para apresentação das propostas.

ARTIGO 10.º

DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

1. A proposta a apresentar pelos concorrentes é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
 - b) Declaração de proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo do **ANEXO II** deste Programa, na qual serão evidenciados os preços unitários por referência arredondados a duas casas decimais. Deverá ser enviada ainda a lista de preços unitários da proposta em ficheiro

formato *excel*/editável e em *pdf* devidamente assinada.

- c) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções **ou** que seja facultado o código de acesso para consulta online;
 - d) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente por parte de quem assina a proposta, designadamente certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor;
 - e) Declaração de aceitação do Regulamento para Fornecedores, que se apresenta no ANEXO III do Programa do Procedimento;
 - f) Declaração de aceitação do Código de Conduta e Ética para Fornecedores, de acordo com a minuta disponível **no ANEXO IV** do Programa do Procedimento;
 - g) Declaração de subscrição da Política de Qualidade, Ambiente, Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho (HSST) e, da Entidade Adjudicante, de acordo com o modelo constante do **ANEXO V**.
2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b), do nº I, do artigo 57º do CCP.
3. Todos os documentos da proposta terão de ser redigidos em língua portuguesa.

ARTIGO 11.º

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de Propostas Variantes.

ARTIGO 12.º

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica indicada no artigo 4.º através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, até às 18:00:00 do 30.º dia útil seguinte à publicação do presente concurso.

ARTIGO 13.º

MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a. Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b. Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.
5. Quer a proposta de preço, quer a lista de preços unitários, se aplicável, serão expressos em euros, e não incluirão o imposto sobre o valor acrescentado.
6. A falsidade de qualquer declaração implica a exclusão do concorrente do concurso, qualquer que seja a fase em que se encontre o respetivo desenvolvimento.

ARTIGO 14.º

PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

ARTIGO 15.º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE

A adjudicação será feita para cada lote, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de melhor relação qualidade – preço nos termos previstos na alínea a) do n.º I do artigo 74.º do CCP, densificado em fatores elementares de avaliação das propostas relativos aos aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, e respetivos coeficientes de ponderação:

Fatores do Critério de Adjudicação	Ponderação
a) Preço Global (PG)	60% (sessenta por cento)
b) Qualidade técnica – n.º ensaios acreditados (PA)	40% (quarenta por cento)

A pontuação de cada proposta, de acordo com a metodologia adotada na análise de cada um dos fatores de avaliação, bem como da aplicação dos coeficientes de ponderação respetivos, é obtida, numa escala de 1 a 10, (calculada com aproximação a 5 casas decimais) através da seguinte expressão:

$$PF = 60\% PG + 40\% PA$$

PF – Pontuação final;

PG – Preço global;

PA – Parâmetros acreditados

1. Avaliação do fator Preço Global (PG)

Ao fator de avaliação *Preço* será atribuída uma pontuação de valor igual ou menor que 10. A classificação, neste fator, é atribuída pela aplicação da seguinte expressão:

$$Pontuação (proposta i) = 10 * \frac{PBC - Vi}{PBC}$$

Em que:

Pontuação Proposta i é a pontuação a atribuir ao fator Preço, com um máximo de 10 pontos;

V_i é o valor global da proposta i;

PBC Preço Base do procedimento;

2. Avaliação do fator “Qualidade técnica – n.º ensaios acreditados”

A pontuação, relativa ao fator de apreciação “Qualidade técnica – n.º de ensaios acreditados”, será determinada pela análise da Lista de Preços Unitários para os três lotes, mediante a atribuição da pontuação prevista na Tabela a seguir indicada e tendo em conta a acreditação dos parâmetros identificados como preferenciais para os seguintes lotes:

LOTE 1

Proposta com n.º de ensaios acreditados superiores ou iguais a 10	10
Proposta com n.º de ensaios acreditados entre 8 e 9	8
Proposta com n.º de ensaios acreditados entre 6 e 7	6
Proposta com n.º de ensaios acreditados entre 4 e 5	4
Proposta com n.º de ensaios acreditados entre 2 e 3	2
Proposta com n.º de ensaios acreditados inferiores ou iguais a 1	0

LOTE 2

Proposta com n.º de ensaios acreditados superiores ou iguais a 18	10
Proposta com n.º de ensaios acreditados entre 14 a 17	8
Proposta com n.º de ensaios acreditados entre 10 a 13	6
Proposta com n.º de ensaios acreditados entre 6 a 9	4
Proposta com n.º de ensaios acreditados entre 2 a 5	2
Proposta com n.º de ensaios acreditados inferiores ou iguais a 1	0

LOTE 3

Proposta com n.º de ensaios acreditados superiores ou iguais a 18	10
Proposta com n.º de ensaios acreditados entre 14 a 17	8
Proposta com n.º de ensaios acreditados entre 10 a 13	6
Proposta com n.º de ensaios acreditados entre 6 a 9	4
Proposta com n.º de ensaios acreditados entre 2 a 5	2
Proposta com n.º de ensaios acreditados inferiores ou iguais a 1	0

3. Caso seja ordenada mais do que uma proposta no mesmo lugar, serão considerados, para efeitos de desempate:

a) Valor unitário mais baixo do item a seguir identificado:

LOTE	Parâmetro executado em maior quantidade
1	Coliformes
2	Nitratos
3	pH

b) No caso de existir empate das propostas, o 2.º critério será o preço mais baixo para os seguintes itens da proposta:

LOTE	Parâmetro com valor unitário mais elevado
1	Microplásticos
2	Microcistinas
3	Azoto Total

c) O sorteio.

O sorteio será não presencial, nos seguintes termos:

O sorteio será assegurado através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente teleconferência, videochamada ou outro;

O júri notifica, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, os concorrentes que apresentaram as propostas empatadas dos termos aplicáveis à realização do sorteio;

A falta de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

ARTIGO 16.º

ADJUDICAÇÃO POR LOTES

Os concorrentes podem apresentar proposta apenas para algum(uns) lote(s) ou para todos os lotes indicados no Caderno de encargos, devendo, contudo, apresentar proposta para todos os artigos previstos em cada lote a que concorram, sob pena de exclusão da proposta.

Será adjudicada uma proposta por cada um dos lotes indicados no Caderno de encargos

ARTIGO 17.º

PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

O preço total resultante das propostas será considerado anormalmente baixo, para efeitos do disposto no artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos, quando inferior a 40% do preço base.

ARTIGO 18.º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- I. No prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar na plataforma referida no artigo 4.º *supra*
 - a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao Código dos Contratos Públicos;
 - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

- d) Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
 - e) Edição atualizada dos Certificados de Acreditação, Anexos Técnicos de Acreditação e Listas de Ensaio incluídos na acreditação Flexível Intermédia e/ou Global, de todos os Laboratórios que realizem ensaios acreditados.
2. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento
 - a) Os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), b), c), d) e e) do n.º 1 devem ser apresentados por todos os seus membros;
 3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.
 4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
 5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
 6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a cinco dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar.
 7. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º 1, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
 8. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (cinco) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
 9. Declaração de compromisso de responsabilidade social, de acordo com o modelo constante do ANEXO VI do presente Programa de Procedimento

10. Declaração de segurança de informação, elaborada em conformidade com a minuta do ANEXO VIII ao presente Programa do Procedimento e que dele faz parte integrante.

ARTIGO 19.º

CAUÇÃO

Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, é exigida ao Adjudicatário a prestação de caução no valor de 5% (Cinco por cento) do preço contratual, com exclusão do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o qual deverá ser prestada no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da notificação da decisão de adjudicação.

Os modelos referentes à caução constam do Anexo VII deste Programa do Procedimento consoante venha a ser prestada por garantia bancária, por seguro-caução ou por depósito em dinheiro.

O depósito em dinheiro efetuar-se-á em Portugal e em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade que for indicada pela Entidade Adjudicante, devendo ser especificado o fim a que se destina

ARTIGO 20.º

MODALIDADE JURÍDICA DO AGRUPAMENTO ADJUDICATÁRIO

Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, todos os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato.

O agrupamento Adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

ARTIGO 21.º

NOVOS SERVIÇOS

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos, desde já se indica a possibilidade de adoção de um procedimento de ajuste direto para a celebração de um futuro contrato de aquisição de serviços que consista na repetição de serviços similares ao objeto do presente concurso público.

ARTIGO 22.º

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de três dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

ARTIGO 23.º

DADOS PESSOAIS

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo.agda@adp.pt

ARTIGO 24.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que se encontrar omissa no presente Programa do Procedimento, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar aplicável.

ANEXO I

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

(Artigo 168º, nº 1, do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, devidamente atualizado)

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pela Entidade Adjudicante, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em [ESPD \(eop.bg\)](http://eop.bg), utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento;
- As PARTES IV e V do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento.

<http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇO

(ficheiro disponibilizado em excell)

_____ [Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de _____ [qualidade em que subscreve a declaração] da _____ [identificação da sociedade ou do agrupamento], notificado do programa de procedimento de ____/____/2025 [data do envio do programa de procedimento], formulado pela AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., para a apresentação de proposta para “Serviços de colheita, transporte e análises de águas para consumo humano, águas naturais, águas residuais e determinação de parâmetros in situ do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA)” declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o definido no Caderno de Encargos, pelo preço de €_____ (em algarismos e por extenso) para o prazo de vigência de 1 (um) ano, e pelo preço total €_____ (em algarismos e por extenso) para o prazo de vigência de 3 (três) anos, sendo que o contrato cessa logo que os valores contratuais sejam atingidos, mesmo que o prazo máximo de vigência ainda não tenha sido alcançado, segundo os preços unitários seguintes:

LOTE 1 – Colheitas, transporte e análises em PCQA;

(ficheiro disponibilizado em formato excel)

LOTE 2 – Colheitas, transporte e análise de águas naturais;

(ficheiro disponibilizado em formato excel)

LOTE 3 – Colheitas, transporte e análises de águas residuais.

(ficheiro disponibilizado em formato excel)

Mais declara(m) que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data _____

Assinatura(s) _____

(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º96/2015, de 17 de agosto)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO REGULAMENTO PARA FORNECEDORES

A Empresa _____, cujo contrato com a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. se refere a "*Serviços de colheita, transporte e análises de águas para consumo humano, águas naturais, águas residuais e determinação de parâmetros in situ do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA)*", declara, através do seu Representante, que teve acesso ao Regulamento para Fornecedores, contendo as regras relativas ao desenvolvimento dos trabalhos, pelo que assume, de modo informado e voluntário, os compromissos de:

- a) Cumprir os procedimentos constantes no Regulamento para Fornecedores, bem como divulgá-los e fazê-los cumprir por todos os trabalhadores e subcontratados da Empresa;
- b) Partilhar e Assumir os compromissos estabelecidos na Política da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A., no que diz respeito às normas de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, assumindo-se com um membro ativo da "Cadeia de Fornecimento com Desempenho Social";
- c) Receber a equipa da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. ou alguém em seu nome, quando solicitado, para verificação do cumprimento dos compromissos assumidos.

Data: __/ __/ ____

Assinatura e Carimbo da Empresa

(O Representante)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA PARA FORNECEDORES

A Empresa _____, cujo contrato com a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. se refere a "*Serviços de colheita, transporte e análises de águas para consumo humano, águas naturais, águas residuais e determinação de parâmetros in situ do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA)*", declara, através do seu Representante, que teve acesso ao Código de Conduta e Ética para Fornecedores, no qual se encontram expressas as regras relativas aos requisitos de sustentabilidade, conduta e ética a satisfazer durante o desenvolvimento dos trabalhos, pelo que assume, de modo informado e voluntário, os compromissos de:

- a) Cumprir os procedimentos constantes no Código de Conduta e Ética para Fornecedores, bem como divulgá-los e fazê-los cumprir por todos os trabalhadores e subcontratados da Empresa;
- b) Partilhar e assumir os compromissos estabelecidos na Política da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A., no que diz respeito às normas de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, assumindo-se como um membro ativo da "Cadeia de Fornecimento com Desempenho Social";
- c) Receber a equipa da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. ou alguém em seu nome, quando solicitado, para verificação do cumprimento dos compromissos assumidos.

Data: __/ __/ ____

Assinatura e Carimbo da Empresa

(O Representante)

(Localidade), (dia) de (mês) de 20(ano)

Assinatura

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DA POLÍTICA DE QUALIDADE, AMBIENTE, HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (HSST) DA ENTIDADE ADJUDICANTE

_____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Caderno de Encargos para a “*Serviços de colheita, transporte e análises de águas para consumo humano, águas naturais, águas residuais e determinação de parâmetros in situ do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA)*” desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, subscreverem a Política de Qualidade, Ambiente, Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho (HSST) da Entidade Adjudicante e comprometem-se a cumpri-la integralmente.

Data _____

Assinatura _____

(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º96/2015, de 17 de agosto)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

(Empresa), com sede na (morada), contribuinte n.º (.....), representada por (cargo e nome), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. venha a promover, no âmbito do seu sistema de responsabilidade empresarial, junto da (empresa);
- k) Promoverá as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no ponto j);
- l) Informar a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S. A. de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento, no âmbito do Contrato de (tipo);

m) Informar os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de 2025 (ano)

Assinaturas

(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º96/2015, de 17 de agosto)

ANEXO VII

MODELOS DE CAUÇÃO

MODELO I – GUIA DO DEPÓSITO

Guia do depósito:

Euros _____ €

Vai _____ [*nome do adjudicatário*], com sede em _____ [*morada*], depositar na _____ [*sede, filial, agência ou delegação*] do Banco _____ a quantia de _____ [*por algarismos e por extenso*] em dinheiro/em títulos _____ [*eliminar o que não interessar*], como caução exigida para _____ [*identificação do procedimento*], nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ [*entidade adjudicante*], a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[*Local*], [*data*]

[*Assinatura(s)*]

MODELO 2 - Garantia Bancária

À [designação da entidade adjudicante]:

O _____ [banco], com sede em _____ [morada], com o capital social de _____ [capital social], pessoa coletiva número _____ [número de identificação de pessoa coletiva], representado por _____ [representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)] (doravante designada(o) por “Ordenante”), vem prestar, por conta e a pedido de _____ [nome do adjudicatário], com sede em _____ [morada], como adjudicatário do procedimento n.º [●] destinado à celebração do contrato de [●], garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor de [designação da entidade adjudicante] (adiante designada(o) por “Beneficiário”), até ao valor de _____ Euros [repetir por extenso], em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do contrato e do caderno de encargos.

Em consequência, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, ao Beneficiário, até àquele valor, sem quaisquer reservas e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo Beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo do procedimento e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do Ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

Esta garantia é de € _____ (_____ euros), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no caderno de encargos do referido procedimento e no Código dos Contratos Públicos.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[*Local*], [*data*]

[*Assinatura(s)*]

MODELO 3 - MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

A _____ [companhia de seguros], com sede em _____ [morada] presta a favor de [designação da entidade adjudicante], e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com _____ [tomador de seguro], garantia à primeira solicitação no valor de _____ Euros [repetir por extenso], correspondente à caução prevista no procedimento n.º [●], destinado à celebração do contrato de [●], com vista a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ [adjudicatário], com sede _____ [morada], assumirá no contrato que com ele a [designação da entidade adjudicante], vai celebrar.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação da [designação da entidade adjudicante], sem que este tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____ [adjudicatário] assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à [designação da entidade adjudicante], quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado com o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetarà a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável.

[Local], [data]

[Assinatura(s)]

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO

[a que se refere o n.º 9 do artigo 13.º do Programa de Procedimento]

(*Empresa*), com sede na (*morada*), contribuinte n.º (*.....*), representada por (*cargo e nome*), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional no que respeita a segurança de informação:

- a) Tem conhecimento da Política de Segurança de Informação vigente na AdP [disponível no site <https://www.adp.pt>] e compromete-se a cumprir a mesma;
- b) Compromete-se a assegurar que os seus trabalhadores, colaboradores bem como de entidades subcontratadas associados à execução do Contrato:
 - a. Participam nas ações de formação que sejam promovidas pela AgdA com vista a acautelar a segurança da Informação;
 - b. Constam numa lista nominal, com a respetiva identificação, perfil e função, a disponibilizar sempre que solicitado pela AgdA;
 - c. Se obrigam a observar as regras de segurança e de apresentação que, em cada momento, forem estabelecidas pela AgdA e comunicadas ao adjudicatário:
 - i. A AgdA indicará ao adjudicatário quais as normas de identificação do seu pessoal, bem como dos procedimentos adequados para o acesso e circulação deste, quando necessário.
 - ii. Os trabalhadores do adjudicatário que venham a ser designados para execução dos serviços previstos no contrato apenas respondem técnica e hierarquicamente perante este.
- c) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a AgdA venha a promover, no âmbito do seu sistema de gestão de segurança de informação, junto da empresa declarante;
- d) Promove as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma ISO 27001, identificadas no âmbito da monitorização referida no ponto j);
- e) Sempre que a execução do presente contrato implique o acesso às instalações e a utilização dos sistemas de informação da AgdA por colaboradores ou subcontratados do adjudicatário, os mesmos obrigam-se ao cumprimento integral das regras de utilização dos sistemas de informação em vigor na Entidade Adjudicante.

f) Informa os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(*Localidade*), (*dia*) de (*mês*) de 20(*ano*)

Assinatura(s)